



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita pela Secretaria de Transportes e Serviços Públicos, localizada na Rua Mário Vidal, nº15, Garagem, Porto da Roça, Saquarema, CEP 28991-418, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Saquarema - R.J, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21.

2. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS.

2.1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Deverá ser considerada juntamente com o que se estipula neste documento, toda legislação própria das categorias objeto desta contratação, inclusive as Leis Federais nº 14.133/2021 e Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal nº Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024 e 2.724/2024.

2.2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta licitação adequa-se na categoria de bens e serviços comuns, que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, por possuírem padrões e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação tange a imparcialidade entre os licitantes, selecionando a proposta mais vantajosa para administração, garantindo a boa qualidade dos produtos a custo mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

O Sistema de Registro de Preços é uma alternativa importante para a Administração Pública, pois tende a economizar, já que é solicitado apenas o quantitativo necessário naquele momento em específico. Contudo, a principal vantagem do registro de preços ocorre quando o objeto obtém quantitativos que sejam difíceis à previsibilidade. Deve-se considerar Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 que dispõe sobre sistema de registro de preços regulamentando os art. 82 a 86 e Decreto Municipal nº 1.150/11.

Os órgãos e entidades que desejarem fazer uso do Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto à Prefeitura Municipal de Saquarema, conforme estabelece a legislação vigente no ordenamento jurídico do município. Os quantitativos a serem disponibilizados decorrentes das adesões obedecerão ao disposto nos art. 18 e 19 do Decreto Federal nº 11.462/2023, nos termos do Art. 86, § 4º e § 5º do artigo da Lei nº 14.133/2021 e art. 32 do Decreto nº 11.462/2023, portanto no entendimento das legislações citadas, podem ser considerados três limites: um individual (para o órgão gerenciador e órgãos participantes), um geral (para os órgãos não participantes) e outro de caráter temporal.

A Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos do município de Saquarema/RJ é a Unidade Administrativa responsável pela gerência e fiscalização da Ata de Registro de Preços.



4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, necessita da contratação de uma empresa fornecedora de madeiras e materiais para atender demandas de construção e recomposição de mobiliário urbano. As madeiras serão utilizadas na fabricação de bancos, quiosques, decks, entre outros elementos que compõem o mobiliário urbano da cidade.

O fornecimento das madeiras é fundamental para garantir a manutenção e o adequado funcionamento dos espaços públicos, proporcionando conforto e segurança para os cidadãos que utilizam essas áreas. Além disso, as madeiras são materiais duráveis e sustentáveis, contribuindo para a preservação ambiental e para a valorização estética dos espaços públicos.

Dessa forma, a contratação de uma empresa fornecedora de madeiras é essencial para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, garantindo a qualidade e a adequação dos materiais utilizados na construção e manutenção do mobiliário urbano da cidade.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

5.1.1. Requisitos de Negócio da Solução

A solução a ser adotada deverá ser capaz de garantir a manutenção e o adequado funcionamento dos espaços públicos, proporcionando conforto e segurança para os cidadãos que utilizam essas áreas.

5.1.2. Requisitos Legais da Solução

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

- Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
- Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto Municipal nº 2.721/2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Saquarema, o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, previsto no inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, para aquisição de bens de uso geral e continuado, e para aquisição de bens de uso geral e continuado, e para contratação de serviços;
- Decreto Municipal nº 2.740/2024, que regulamenta a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública direta e indireta no Município de Saquarema;



- Decreto Nº 2.741/2024, que dispõe sobre a tramitação dos processos para realização de procedimento licitatório destinado a contratação bens, serviços e obras; e estabelece procedimentos e requisitos para contratação através de licitação e dispensa de licitação na forma eletrônica
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

5.1.3. Requisitos Gerais da Solução

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- Compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;
- Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Os materiais adquiridos serão aplicados para dar continuidade na manutenção e/ou conservação da estrutura pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população. O desgaste dos materiais que compõem a infraestrutura, sob pena de apresentarem defeitos, sendo que, a solução é a prevenção por meio de serviços operacionais.

6.2. Visa desenvolver uma manutenção preventiva, adequada e eficiente sendo uma forma racional de aplicar os recursos destinado para a melhoria das benfeitorias do Município ficando clara a necessidade da Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução da conservação da infraestrutura do município, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo que a infraestrutura se constitui como uma das principais atribuições desta administração.

6.3. Portanto, ao considerar a existência de um processo que a Secretaria já possui, de mão de obra terceirizada, contratada através do Processo 4.861/19 pela Empresa Land Serviços e Engenharia LTDA - CNPJ nº 18.776.916/0001-01, destinado à manutenção, o fornecimento de madeiras e materiais para



construção e recomposição de mobiliário urbano pode ser integrada a esse processo, aproveitando seus benefícios e garantindo uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos.

6.4. Faz-se necessário a utilização de um sistema de registro de preços que permite a administração pública adquira madeira a preços mais competitivos e em condições mais vantajosas, por meio de licitações com fornecedores qualificados. Isso evita a variação de preços e também garante que o material necessário para manutenção e criação de mobiliários urbanos seja obtido ao menor custo possível. Com os preços e fornecedores já registrados, a administração pode realizar aquisições de forma mais ágil, sem a necessidade de iniciar um novo processo licitatório a cada compra.

O sistema de registro de preços oferece flexibilidade para a administração pública, permitindo que as compras sejam realizadas conforme a necessidade, sem a obrigação de adquirir grandes quantidades de uma só vez. Isso é vantajoso para o gerenciamento do estoque e para a adaptação a mudanças nas demandas.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Definição do método para a estimativa das quantidades:

7.1.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em levantamento feito pela Secretaria de Transporte e Serviços Públicos, conforme a planilha de memória de cálculo em **anexo I**.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

ITEM	TABELA	CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	
1	EMOP	2289	PISO FRISO (DECK) DE IPE DE 1ª, DE (10X2)CM EMOP:02289	2.776	M²
2	EMOP	13410	EUCALIPTO AUTOCLAVADO, EM TORA, COM 6,00M DE COMPRIMENTO E DIAMETRO APROXIMADO DE 12CM EMOP: 13410	800	METRO LINEAR
3	SINAPI	00035276	PILAR QUADRADO NÃO APARELHADO 20X20CM, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – (BRUTO) SINAPI: 00035276	848	METRO LINEAR
4	EMOP	580020428-B	MAÇARANDUBA 3X9 C/ 19X5.5CM (BRUTA) EMOP: 580020428-B	550	METRO LINEAR
5	EMOP	580020432-B	MAÇARANDUBA 3X12 26X5.5 CM (APARELHADA) EMOP: 580020432-B	1674	METRO LINEAR
6	EMOP	580020431-1	CAIBRO EM MAÇARANDUBA 3X1.1/2 (APARELHADA) EMOP: 580020431-1	570	METRO LINEAR
7	SINAPI	00011844	PRANCHA APARELHADA *4X30* CM, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO SINAPI: 00011844	70	METRO LINEAR
8	SINAPI	00003993	MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO SINAPI: 00003993	890	METRO LINEAR



9	SINAPI	00035274	PILAR QUADRADO NÃO APARELHADO 10X10CM, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – (BRUTA) SINAPI: 00035274	330	METRO LINEAR
10	SINAPI	00004472	VIGA NÃO APARELHADA *6X16*CM, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – (BRUTA) SINAPI: 00004472	3731	METRO LINEAR
11	EMOP	13410	EUCALIPTO AUTOCLAVADO, EM TORA, COM 6.00M DE COMPRIMENTO E DIAMETRO APROXIMADO DE 12CM EMOP: 13410	800	METRO LINEAR
12	EMOP	2604	MAÇARANDUBA EM PEÇAS DE 7,50X7,50CM (3”X3”) EMOP: 2604	2000	METRO LINEAR
13	SBC-RJ	1205	PREGO FERRO GALVANIZADO 17X27 SBC-RJ: 1205	293	KG
14	SBC-RJ	4776	PREGO FERRO GALVANIZADO 19X36 SBC-RJ: 4776	406	KG
15	EMOP	10020	PREGO DE COBRE (1,80MMX2 ½”) EMOP: 10020	509	KG
16	SINAPI	10481	VERNIZ MARITIMO PREMIUM PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO SINAPI: 10481	540	LT

8.1. As planilhas EMOP, SINAP e SBC-RJ fornecem uma referência padronizada de preços de insumos e serviços. Utilizar essas planilhas assegura que os preços praticados estão alinhados com os valores de mercado, evitando superfaturamento e garantindo a conformidade com normas e regulamentos, a utilização de planilhas como EMOP, SINAP e SBC-RJ permite uma análise detalhada e precisa dos custos envolvidos, ajudando a evitar desperdícios e otimizar recursos. Ao utilizar preços de referência reconhecidos, todos os fornecedores e prestadores de serviços competem em igualdade de condições, o que promove a equidade e a competitividade no processo licitatório.

9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O julgamento deverá ser pelo MENOR PREÇO POR ITEM, sobre as tabelas EMOP, SINAP e SBC-RJ vigentes, onde será anexado a cotação das tabelas oficiais pela Secretaria Municipal de Obras Públicas.

9.2. O valor estimado para aquisição do objeto descrito neste Termo de Referência será estipulado posteriormente pelo Departamento de compras. O valor será mencionado após cotação de preços e deverá estar de acordo com Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

10.1. Somente será permitido material novo, integralmente de acordo com o especificado por este Termo de Referência, de acordo com as especificações do objeto 02 (dois) do ITEM 8 (oito). Será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos.

10.2. A contratada será sujeita à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber em definitivo o material,



caso o mesmo se encontre em condições insatisfatórias ou constatadas qualquer divergência em relação as amostras aprovadas.

10.3. O transporte e a descarga para entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

10.4. Caso os materiais sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, ou em quantidade inferior ao estabelecimento, à contratada deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 72 (setenta e duas) horas.

10.5. Caso atrase na entrega dos materiais ou se recuse a executar eventuais correções, a contratada estará sujeita a sanções administrativas, sendo que a reparação passará pelo mesmo procedimento de verificação.

10.6. A entrega poderá eventualmente ser suspensa ou alterada, a critério desta Prefeitura Municipal.

10.7. Caso a data da entrega coincida com dia em que não haja expediente na Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, o mesmo se fará no primeiro dia útil imediatamente posterior.

11. PRAZO DE INICIO E FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. O prazo máximo para início da entrega do objeto é de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de entrega de bens.

11.2. Os itens especificados neste termo, deverão ser fornecidos a esta Municipalidade de forma **parcelada** de acordo com as quantidades solicitadas na **ordem de entrega de bens** a ser oportunamente expedida pela Secretaria requisitante.

11.3. O material será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações. A verificação da conformidade correrá no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o material será recebido definitivamente, mediante atesto na Nota Fiscal, com a consequente aceitação.

11.4. Caso haja a necessidade de armazenar o produto, até que sejam levados ao locais de utilização, os mesmos devem ser entregues no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, localizado na Rua Umbelina Almeida Simões s/n, Porto da Roça – Saquarema – CEP 28.990-000, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21 de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, não se responsabilizando por entregas fora destes horários e dias estabelecidos.

11.5. O prédio da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, qualifica-se como local adequado para o recebimento e armazenamento do material em questão, até que o mesmo seja direcionado aos locais onde será utilizado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Assinar o contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias** contados da convocação pela Administração, prorrogáveis por igual período.

12.2. Indicar, após assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes para representá-la e atender aos chamados da contratante, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

12.3. Receber formalmente a (s) autorização (ões) de fornecimento no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** de sua remessa pela Administração;



- 12.4. Comunicar, no ato de recebimento da autorização de fornecimento, eventuais motivos que impossibilitem o seu cumprimento, informando a nova data de prevista para a execução, que será avaliada pela contratante;
- 12.5. Cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 12.6. Entregar o objeto nas condições e prazos previstos neste termo de referência;
- 12.7. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);**
- 12.8. **Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da licitação;**
- 12.9. **Deverá a empresa apresentar todas as certidões e habilitações necessárias exigidas.**
- 12.10. **Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto para o qual for constatado defeitos, vícios ou incorreções, no prazo estabelecido neste termo de referência, sem qualquer custo adicional;**
- 12.11. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração;
- 12.13. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiro;
- 12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, bem como cumprir as diretrizes previstas na Lei Geral de Proteção de Dados, referente aos dados que venham a ter acesso em razão da execução do objeto;
- 12.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas pactuadas, fornecendo os materiais e equipamentos que se mostrem necessários à execução dos serviços;
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do contrato, durante toda a sua vigência.
- 12.18. Submeter-se à fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.
- 12.19. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela contratante.
- 12.20. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejarem a sua habilitação na licitação e contratação.
- 12.21. Apresentar a contratante, o nome do Banco, Agência e número da Conta Bancária, para efeito de crédito de pagamento.
- 12.22. Manter endereço e número de telefone atualizado.



12.23. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.24. Todo o transporte a ser executado em função da entrega é de total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga.

12.25. Se responsabilizar por todos os ônus tributários federais, estaduais, e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra e transporte necessários à perfeita efetivação do objeto contratual, entende-se como ônus tributário: pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimo compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

12.26. A contratada responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados a Secretaria e/ou terceiros.

12.27. Os funcionários da empresa contratada deverão estar uniformizados e devidamente identificados.

12.28. A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência.

12.29. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Convocar a empresa para assinatura do contrato;

13.2. Emitir autorização de fornecimento para execução do objeto por parte da contratada, para atendimento de suas necessidades;

13.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o contrato;

13.4. Proporcionar todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações pactuadas no contrato;

13.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;

13.6. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e fiscal (is) especialmente designados para tal finalidade;

13.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;

13.9. Efetuar o (s) pagamento (s) devidos à contratada no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo de referência;

13.10. Determinar a retificação de dados pela contratada sempre que detectar inconsistência entre os documentos fiscais e os relatórios de recebimento do objeto;

13.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, relacionados ao objeto contratado;

13.12. Aplicar as sanções previstas neste termo de referência e em contrato, nas hipóteses de ocorrência de infrações administrativas.

13.13. Responsabilizar-se pelo contrato com base nas disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações.



13.14. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o pagamento do objeto contratado.

13.15. Designar um gestor e um fiscal para acompanhar a execução do contrato.

13.16. Efetuar os pagamentos nos prazos e maneira indicados no contrato.

14. REQUISITOS DA CONTRATATAÇÃO

14.1. Quanto a garantia contratual:

14.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Quanto a subcontratação:

14.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto lícitado.

14.3. Quanto a sustentabilidade:

14.3.1. A contratada deverá utilizar somente matéria prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.”

15. VIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

15.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Início da execução do contrato.

16. PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por igual período, desde que respeitado o limite e os requisitos dispostos no artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

17. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

17.1. O objeto desta licitação adequa-se na modalidade de Pregão Eletrônico no modo de disputa aberto.

18. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

18.1. Considerando que o objeto desta licitação se adequa na categoria de bens comuns, o critério para julgamento do licitante vencedor será a proposta de menor preço por item. Este critério seleciona a proposta mais vantajosa para a administração pública.

19. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

19.1. Considerando as características do objeto, vislumbra-se oportunidade de parcelamento da solução. ou seja, o julgamento das propostas será realizado por item. Considerando o menor preço unitário.

19.2. Conforme seguintes orientações previstas na lei 14.133/2021 art. 40, § 2º e 3º.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;



II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

20. FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. Encerrado o procedimento licitatório, será celebrado contrato com a licitante vencedora da licitação, o qual terá vigência inicial de 1 (um) ano a partir da **Ordem de início**, contado de sua assinatura, podendo ser renovado sucessivamente nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por contemplar a execução de objeto continuamente necessário para a Administração.

20.2. A eficácia do contrato firmado está condicionada à publicação do instrumento no Portal Nacional de Compras Públicas- PNCP, conforme art.94 da Lei nº 14.133/2021.

20.3. Para celebração do contrato, a licitante vencedora da licitação deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas quando do certame licitatório.

20.4. Os quantitativos previstos em contrato serão solicitados mediante emissão de autorização de fornecimento, que conterá os dados relativos aos itens e quantitativos a serem entregues, local e prazo de entrega.

20.5. As autorizações de fornecimento deverão contemplar, no mínimo, 20 (vinte) unidades de cada um dos itens previstos no grupo.

20.6. A entrega/execução do objeto deverá ser realizada em atenção dos seguintes prazos:

20.7. Até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da autorização de fornecimento, para entrega do material impresso.

20.8. O objeto que reclamar entrega física deverá ser feita no município, em local e horário a ser informado na autorização de fornecimento.

20.9. Eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega deverão ser realizados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, indicando as justificativas pertinentes, para avaliação da Secretaria de Transporte e Serviços Públicos.

20.10. A entrega do objeto deve ser realizada de forma a não comprometer o adequado funcionamento dos locais de entrega.

20.11. Torna-se necessário que o objeto a ser entregue esteja de acordo com as normas técnicas específicas de cada item descrito neste termo.

20.12. Garantia plena contra defeito de fabricação, vícios ou incorreções resultantes do transporte, execução ou de má fabricação ou que estejam em desacordo com especificado, de 12 (doze) meses, sendo de responsabilidade da contrata, arcar com todos os custos provenientes das trocas que se fizerem necessárias no total ou em parte, que deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos e nas mesmas condições de garantia.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



21.1. Os recursos necessários ao custeio de que se trata este Termo de Referência correrão à conta da dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE
15451.0027.1.048	3.3.90.30.10.00.00	270500

22. REAJUSTE DE PREÇOS

22.1. Os preços poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.2. Quando detectado que os preços estão maiores que os praticados no mercado por motivo superveniente, a contratante convocará a contratada para redução dos valores, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

22.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços contratados é facultado à contratada requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas no contrato.

22.4. A contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

22.5. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão da contratada, cabendo a análise dos preços pela Administração.

22.6. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do contrato, adequando-o aos valores praticados no mercado.

22.7. O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

22.8. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e a contratada continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor contratado, sob pena de extinção do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

22.9. Os preços previstos em contrato são fixos e irredutíveis durante o prazo de um ano contado do orçamento estimado, conforme art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

22.10. Decorrido o prazo de um ano e desde que haja solicitação da contratada, os preços poderão ser reajustados com base no índice IPCA.

22.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

23. FORMA DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo responsável.



23.2. O documento de cobrança será apresentado a Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos para ser atestado por dois funcionários.

23.3. O pagamento será efetuado por depósito bancário, mediante transferência bancária nos termos da legislação vigente.

23.4. Os dados contidos na nota fiscal/fatura deverão ser compatíveis com o contrato social da contratada, sob pena de não realização do pagamento.

23.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

23.6. A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, exigida quando do certame licitatório.

23.7. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, proceda na sua regularização ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada.

23.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.10. Constatada a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

23.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. *O atraso superior a 15(quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 24.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 24.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 24.1, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 24.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 24.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

24.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

24.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

24.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



24.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

24.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

25. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

25.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

25.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

25.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

25.3. O contrato poderá ser extinto:

25.3.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

25.3.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área



responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

26. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

26.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.722/2024, será designado um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

26.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

26.3. Ao Gestor de contrato cabe a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

26.4. Ao fiscal técnico cabe o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

26.5. Ao fiscal administrativo cabe o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e

26.6. Ao fiscal setorial (quando couber): o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

26.7. A licitante adjudicatária será a única e exclusiva responsável pela execução dos itens do objeto, a secretaria competente reserva-se o direito de, sem prejuízo desta responsabilidade, exercer a mais completa ampla fiscalização sobre os itens do objeto, podendo para isso:

- Ordenar a imediata retirada do local, bem como substituição de qualquer empregado da licitante adjudicatária que estiver sem identificação, que embarçar ou dificultar sua fiscalização ou cuja conduta julgar inconveniente;
- Examinar os materiais, produtos, equipamentos utilizados, bem como peças repostas, podendo impugnar seu emprego se em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

26.8. Fica designado para Gestor do contrato o servidor **Marcelo Amorim de Oliveira**, Matrícula 959628-3 e como Fiscal do contrato o servidor **Marcelo de Carvalho Dantas**, Matrícula 70165-1.

26.9. Não será necessário a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

27. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



27.1. Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, estabelecidas para as aquisições realizadas pela Administração Pública, o mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentáveis em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-SDT-40-004.

O fornecedor deverá apresentar qualquer um dos certificados abaixo mencionados:

a) Certificação CERFLOR (INMETRO) O certificado CERFLOR visa à certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia, segundo o atendimento dos critérios e indicadores - aplicáveis para todo o território nacional - prescritos nas normas elaboradas pela ABNT e integradas ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e ao In-metro.[1]

b) A certificação FSC é um sistema de garantia internacionalmente reconhecido, que identifica, através de sua logomarca, produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal, com acompanhamento da cadeia de custódia e origem da madeira. O selo FSC, é emitido pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil.

27.2. A certificação de que tratam as alíneas “a” e “b” deverá ser comprovada no momento da entrega da proposta, onde deverá constar o nome do fabricante da placa de madeira, em que serão confeccionados os móveis.

27.3. Adotar os critérios de sustentabilidade relativo ao objeto, constante do manual de sustentabilidade das compras e contratações do CJF.

28. MEMÓRIA DE CÁLCULO

28.1. A contratação do objeto citado no item 2 deste termo será necessária com o objetivo de o fornecimento das madeiras e materiais é fundamental para garantir a manutenção e o adequado funcionamento dos espaços públicos, proporcionando conforto e segurança para os cidadãos que utilizam essas áreas, e o quantitativo está de acordo com as especificações detalhadas no item 6 (seis).

28.2. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em levantamento feito pela Secretaria de Transporte e Serviços Públicos, conforme a planilha de memória de cálculo em **anexo I**.

29. ANEXO

ANEXO I – Memória de cálculo

Saquarema, 8 de julho de 2024.

Marcelo Amorim de Oliveira

Diretor Geral de Transporte e

Serviços Públicos

Mat.: 959628-3

Marcelo de Carvalho Dantas

Assistente Administrativo

Mat.: 70165-1

De acordo:

Lindonor Ferreira Rezende da Rosa

Secretário Municipal de Transportes e Serviços Públicos

Matrícula: 9496860